



Projeto Curricular de Escola

2026 - 2027

Índice

1. Enquadramento	4
2. Introdução	5
3. A Escola que somos	6
4. Oferta Educativa e Formativa e Matrizes Curriculares	8
4.1 Oferta Educativa e formativa	8
4.2 Matriz Curricular do 3.º ciclo do Ensino Básico	9
4.3 Matrizes Curriculares do Ensino Secundário	11
4.3.1. CURSOS CIENTÍFICO-HUMANÍSTICOS	11
4.3.2 CURSOS PROFISSIONAIS	13
4.4 Português Língua não Materna (PLNM)	20
5. Interdisciplinaridade	22
5.1 Domínios de Autonomia Curricular (DAC)	23
5.2. Cidadania e Desenvolvimento	25
Dimensões da Educação para a Cidadania	26
6. Enriquecimento Curricular	28
6.1 Planos, Projetos e Clubes	28
6.2 Plano Cultural de Escola	30
6.3 Academia de Ciclismo	31
6.4 Programa de Apoio à Promoção e Educação para a Saúde (PAPES)	32
6.5 Programa Regional de Educação Sexual em Saúde Escolar (PRESSE)	33
6.7 Projetos de Capacitação Parental	34
6.8 Atividades de Complemento Curricular	35

7. Colaboração na Inclusão	36
7.1 Medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão	37
7.1.1 Medidas Universais de suporte à aprendizagem e à inclusão	37
7.1.2 Medidas Seletivas de suporte à aprendizagem e à inclusão:	38
7.1.3 Medidas Adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão (artigo 10.º):	38
7.2 Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI)	39
7.3. Respostas Educativas	40
7.4 Trabalho Colaborativo	44
7.5 Desenho Universal para a Aprendizagem	45
8. Metodologias Ativas na Aprendizagem e Estratégias de Ensino a privilegiar	46
9. Avaliação “de” e “para” as aprendizagens	51
10. Plano de Turma	52
Divulgação e avaliação do Projeto Curricular de Escola	54
Bibliografia e Referências legais	55

1.

Enquadramento

2.

O Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, na sua redação atual, veio reforçar a autonomia e a flexibilidade curricular das escolas, reconhecendo-lhes a possibilidade de gerir e contextualizar o currículo em função das características dos alunos, das especificidades do contexto e das prioridades definidas no Projeto Educativo. Neste âmbito, o artigo 20.º estabelece que o planeamento curricular, ao nível da escola e da turma, deve constituir uma apropriação contextualizada do currículo, adequada à consecução das aprendizagens e ao desenvolvimento integral dos alunos, e registar as opções relativas ao planeamento, à realização e à avaliação do ensino e das aprendizagens.

3.

4.

5.

O mesmo artigo prevê que, para além do Projeto Educativo, que consagra as opções estruturantes de natureza curricular, a escola possa adotar outros instrumentos de planeamento curricular, cabendo ao Conselho Pedagógico decidir sobre a sua adoção, finalidades e forma de monitorização. Estes instrumentos devem assumir um caráter dinâmico e sintético e traduzir uma visão integrada e interdisciplinar do currículo.

6.

7.

Neste enquadramento, o Conselho Pedagógico da Escola Secundária de Barcelinhos adotou o Projeto Curricular de Escola como instrumento de planeamento e gestão curricular, destinado a operacionalizar, no plano pedagógico e curricular, as orientações e prioridades estabelecidas no Projeto Educativo.

8.

9.

O Projeto Curricular de Escola explicita as opções curriculares e pedagógicas da Escola, orienta a sua concretização ao nível das estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica e dos Conselhos de Turma e promove a coerência e a articulação das práticas educativas, tendo como referência as características e necessidades dos alunos e a melhoria da qualidade das aprendizagens.

10.

Introdução

O Projeto Curricular de Escola da Escola Secundária de Barcelinhos concretiza, no domínio curricular e pedagógico, os princípios, valores, objetivos e prioridades definidos no Projeto Educativo 2025–2028, estabelecendo orientações comuns para o desenvolvimento do currículo e para a organização das práticas educativas.

A sua conceção assenta numa visão humanista e inclusiva da educação e tem como referenciais o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, as Aprendizagens Essenciais e os demais documentos curriculares aplicáveis às diferentes ofertas educativas e formativas. Neste quadro, são valorizadas a qualidade das aprendizagens, a equidade, a inclusão, a autonomia e flexibilidade curricular, a interdisciplinaridade, a diferenciação pedagógica, o trabalho colaborativo e a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem.

Em coerência com o Projeto Educativo, o Projeto Curricular de Escola contribui para a concretização da missão da Escola de ensinar, aprender e crescer juntos e da sua visão de ser uma escola de referência, reconhecida pela capacidade de incluir, inovar e promover o sucesso, estabelecendo uma ligação entre a orientação estratégica da Escola e a ação pedagógica desenvolvida nas diferentes estruturas e contextos educativos.

Neste sentido, o Projeto Curricular de Escola articula-se com os cinco eixos estratégicos do Projeto Educativo — Autoavaliação e Melhoria Contínua; Liderança, Gestão e Cultura Organizacional; Prestação do Serviço Educativo e Inovação Pedagógica; Sucesso Educativo, Equidade e Bem-Estar; e Comunicação, Imagem e Relação com a Comunidade —, contribuindo, no âmbito da sua natureza curricular, para a concretização das prioridades e objetivos definidos em cada um desses eixos.

O Projeto Curricular de Escola orienta, assim, a organização e o desenvolvimento das aprendizagens, promovendo a articulação curricular, a interdisciplinaridade, a Cidadania e Desenvolvimento, a inclusão e a diferenciação pedagógica, a diversificação de metodologias e dos processos de avaliação, bem como o trabalho colaborativo entre docentes. Constitui igualmente uma referência para a elaboração e desenvolvimento dos Planos de Turma, assegurando que as opções curriculares e pedagógicas da Escola são contextualizadas em função das características, necessidades e potencialidades dos alunos.

Enquanto instrumento dinâmico de planeamento e gestão curricular, o Projeto Curricular de Escola pressupõe o acompanhamento da sua concretização e a análise dos efeitos das opções adotadas, de modo a sustentar a reflexão sobre as práticas, a tomada de decisões e a melhoria contínua da qualidade do ensino e das aprendizagens.

A Escola que somos

A Escola Secundária de Barcelinhos foi criada pela Portaria n.º 790/86 e entrou em funcionamento em 1 de outubro de 1986.

Localizada no concelho de Barcelos, insere-se num território de características semiurbanas, com forte ligação às freguesias rurais envolventes e com um tecido económico diversificado, no qual assumem particular expressão os setores industrial, têxtil e da confeção, a construção, a metalomecânica, os transportes, o comércio e os serviços.

A Escola responde às necessidades educativas de uma área geográfica alargada, constituindo a única escola pública com oferta de ensino secundário na margem esquerda do rio Cávado. A maioria dos alunos é proveniente das freguesias de Alvelos, Pereira, Remelhe, Barcelinhos, Carvalhal, Milhazes, Várzea, Vila Seca, Airó, Courel, Cristelo, Gamil, Gilmonde, Moure, Macieira de Rates e Rio Covo (Santa Eulália).

A caracterização socioprofissional das famílias evidencia uma população diversificada, com uma presença significativa de profissões associadas aos setores industrial, têxtil e da confeção, bem como à construção, metalomecânica, transportes, comércio e serviços. Predomina o trabalho por conta de outrem, verificando-se igualmente diversidade ao nível das habilitações académicas dos progenitores, com maior representação do ensino secundário e superior entre as mães. Estes elementos refletem a realidade socioeconómica do território em que a Escola se insere e constituem fatores a considerar na definição das respostas educativas, na promoção da equidade e no reforço da articulação entre a Escola, as famílias e a comunidade.

No ano letivo de 2026/2027, mantendo-se as obras de requalificação e ampliação do edifício escolar, as atividades letivas decorrem em instalações provisórias nos Bombeiros Voluntários de Barcelinhos. Esta situação condiciona alguns aspetos da organização dos espaços e das atividades educativas, exigindo uma gestão criteriosa dos recursos disponíveis e a adequação das respostas organizacionais e pedagógicas às condições existentes.

O ano letivo inicia com 614 alunos, distribuídos por 39 turmas, abrangendo o 3.º Ciclo do Ensino Básico, os Cursos Científico-Humanísticos e os Cursos Profissionais do Ensino Secundário.

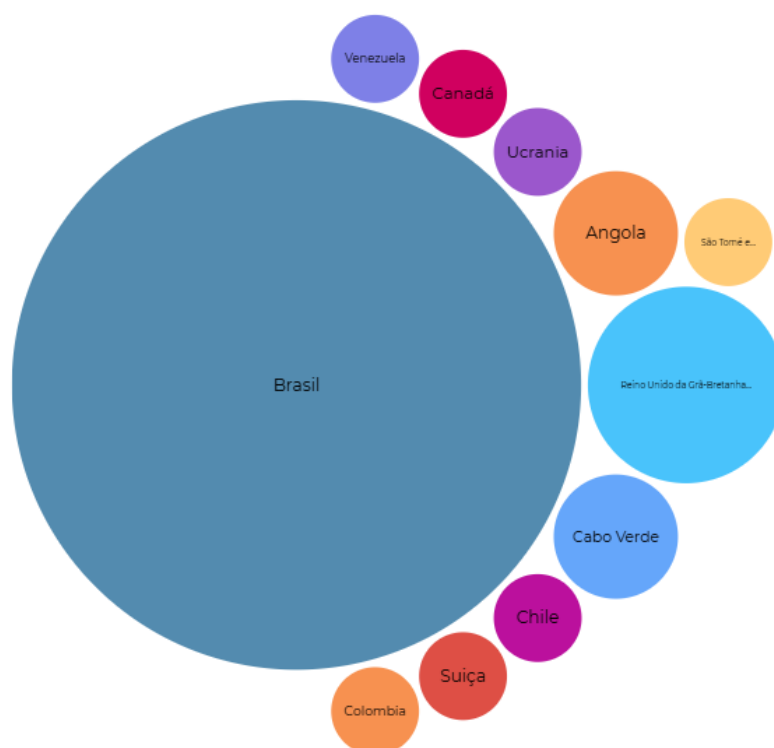
No 3.º Ciclo do Ensino Básico encontram-se matriculados 231 alunos, distribuídos por 14 turmas; nos Cursos Científico-Humanísticos do Ensino Secundário, 255 alunos, distribuídos por 16

turmas; e nos Cursos Profissionais do Ensino Secundário, 128 alunos, distribuídos por 9 turmas.

Em relação ao número total de alunos, 339 são do género masculino e 276 são do género feminino.

Até ao momento, a Escola integra 60 alunos estrangeiros, correspondentes a 13 nacionalidades, dos quais 20 frequentam Português Língua Não Materna (PLNM).

Verifica-se ainda a presença de alunos oriundos maioritariamente do Brasil, mas também de países como o Reino Unido, Cabo Verde, Angola, Ucrânia, Chile, Moçambique, China, Canadá, Suíça, Venezuela, Colômbia e São Tomé e Príncipe. Esta realidade reforça a importância das respostas de acolhimento e integração, da aprendizagem da língua portuguesa, da valorização da diversidade cultural e linguística e da promoção do sentimento de pertença à comunidade escolar.



A diversidade da população escolar, das condições socioeconómicas e culturais das famílias, dos percursos escolares e das necessidades educativas dos alunos constitui um elemento central na definição das opções curriculares e pedagógicas da Escola. Neste contexto, assumem particular relevância a promoção da equidade e da inclusão, a diferenciação pedagógica, o apoio às aprendizagens, o acolhimento e integração dos alunos migrantes, a valorização da diversidade cultural e linguística, a orientação escolar e profissional e o reforço da relação entre a Escola, as famílias e a comunidade.

4. Oferta Educativa e Formativa e Matrizes Curriculares

4.1 Oferta Educativa e formativa

No ano letivo de **2026/2027**, de acordo com a legislação aplicável e com a rede escolar aprovada, a Escola Secundária de Barcelinhos disponibiliza a seguinte oferta educativa e formativa:

- **Ensino Básico: 3.º ciclo**

- **Ensino Secundário: Cursos Científico-Humanísticos**
 - Ciências e Tecnologias
 - Ciências Socioeconómicas
 - Línguas e Humanidades

- **Ensino Secundário: Cursos Profissionais**
 - Técnico de Informática de Gestão
 - Técnico de Turismo
 - Técnico de Turismo Ambiental e Rural
 - Técnico de Desporto

4.2 Matriz Curricular do 3.º ciclo do Ensino Básico

A Matriz Curricular do 3.º ciclo do Ensino Básico definiu-se de acordo com o Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, optando-se pela distribuição de tempos letivos de 45 minutos.

Componentes do Currículo	Carga Horária Semanal						Totais	Referência DL 55/2018 (redação atual)
Áreas disciplinares	7.º Ano		8.º Ano		9.º Ano			
Disciplinas	Tempos	Min	Tempos	Min	Tempos	Min		
Português	4 (a)	180	5	225	5	225	630	600
Línguas Estrangeiras	6	270	5	225	5	225	720	750
Inglês	3	135	3	135	3	135		
Francês	3	135	2	90	2	90		
Ciências Humanas e Sociais	7	315	5	225	5	225	765	725
História	3	135	2	90	2	90		
Geografia	3	135	2	90	2	90		
Cidadania e Desenvolvimento	1	45	1	45	1	45		
Matemática	4 (a)	180	5	225	5	225	630	600
Ciências Físico-Naturais	6	270	6	270	6	270	810	850
Ciências Naturais	3	135	3	135	3	135		
Físico-Química	3	135	3	135	3	135		
Educação Artística e Tecnológica	4	180	4	180	4	180	540	525
Educação Visual	2	90	2	90	2	90		
Complemento à Educação Artística (b)	1	5	1	5	1	5		
Tecnologias de Informação e Comunicação	1	45	1	45	1	45		
Educação Física	3	35	3	35	3	35	405	450
EMRC (c)	1	45	1	45	1	45	135	-

	Carga Horária Semanal			Totais
	7.º Ano	8.º Ano	9.º Ano	
	Min	Min	Min	
Escola Secundária de Barcelinhos	1530	1485	1485	4500
Decreto-Lei 55/2018 (redação atual)	1500	1500	1500	4500

Descrição das alíneas:

(a) Para além dos tempos previstos na matriz, no 7.º ano de escolaridade é atribuído um tempo letivo semanal adicional de 45 minutos a Português e um tempo letivo semanal adicional de 45 minutos a Matemática, sob a forma de **aulas de reforço**, destinadas à consolidação das aprendizagens e à promoção do sucesso educativo. Estas aulas são asseguradas através da mobilização do crédito horário da Escola, regendo-se o seu funcionamento pelo disposto no Regulamento Interno da Escola.

(b) No âmbito do Complemento à Educação Artística, a Escola disponibiliza, em 2026/2027, as opções de Teatro, Dança, Robótica e Inteligência Artificial. A frequência da opção escolhida pelo aluno fica condicionada à viabilidade da respetiva constituição e funcionamento, designadamente em função dos recursos humanos e materiais disponíveis e do número de alunos inscritos.

(c) Educação Moral e Religiosa é uma disciplina de oferta obrigatória pela Escola e de frequência facultativa pelos alunos, acrescendo a respetiva carga horária ao total da matriz curricular.

As disciplinas funcionam ao longo de todo o ano letivo, de acordo com a organização do calendário escolar em períodos letivos.

4.3 Matrizes Curriculares do Ensino Secundário

4.3.1. CURSOS CIENTÍFICO-HUMANÍSTICOS

As matrizes curriculares dos Cursos Científico-Humanísticos são organizadas de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, e na Portaria n.º 226-A/2018, de 7 de agosto, nas respetivas redações atuais, optando a Escola pela organização da carga horária em tempos letivos de 45 minutos.

A componente de Cidadania e Desenvolvimento é desenvolvida transversalmente, com o contributo das diferentes disciplinas e componentes de formação, de acordo com a Estratégia de Educação para a Cidadania da Escola.

Componentes de Formação		Carga Horária Semanal					
		10.º Ano		11.º Ano		12.º Ano	
Geral	Cidadania e Desenvolvimento	Tempos	Min	Tempos	Min	Tempos	Min
Português		5	225	5	225	5	225
Língua Estrangeira - Inglês		4	180	4	180		
Filosofia		4	180	4	180		
Educação Física		3	135	3	135	4	180
Específica							
Específica Trienal (a)		6	270	6	270	6	270
Opções (b)		6	270	6	270	6	270
Bienal 1		6 ou 7	270 ou 315	6 ou 7	270 ou 315		
Bienal 2		6 ou 7	270 ou 315	6 ou 7	270 ou 315		
Opções (c)							
Anual 1						4	90
Opções (d)							
Anual 2						4	90
EMRC (e)		1	45	1	45	1	45

No ano letivo de 2026/2027, encontram-se em funcionamento as opções a seguir identificadas, definidas em função das escolhas dos alunos e da viabilidade da respetiva constituição. A oferta das disciplinas de opção é objeto de definição anual.

Descrição das alíneas	Cursos Científico Humanísticos - CCH		
	Ciências e Tecnologias	Ciências Socioeconómicas	Línguas e Humanidades
(a) Específica Trienal	Matemática A	Matemática A	História A
(b) Opções Disciplinas bienais (10.º e 11.º anos)	Física e Química A e Biologia e Geologia OU Física e Química A e Economia A OU Física e Química A e Geometria Descritiva A	Economia A e Geografia A OU Economia A e Física e Química A	Matemática Aplicada às Ciências Sociais e Geografia A
<i>Disciplinas anuais no 12.º ano – Os alunos frequentam duas opções anuais, sendo pelo menos uma obrigatoriamente do conjunto de opções (c):</i>			
(c) Opções: Disciplina Anual 1 (12.º ano)	Biologia Física	Economia C	Língua Estrangeira I - Inglês Psicologia B
(d) Opções: Disciplina Anual 2 (12.º ano)	Aplicações Informáticas B Língua Estrangeira I - Inglês Psicologia B	Aplicações Informáticas B Língua Estrangeira I - Inglês Psicologia B	Aplicações Informáticas B Economia C
(e) EMRC	Disciplina de oferta obrigatória pela Escola e de frequência facultativa pelos alunos, cuja carga horária acresce ao total da matriz curricular.		

4.3.2 CURSOS PROFISSIONAIS

Os planos curriculares dos Cursos Profissionais são organizados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, e na Portaria n.º 235-A/2018, de 23 de agosto, nas respetivas redações atuais, tendo ainda como referência os perfis profissionais e os referenciais de formação das qualificações integradas no Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ).

Os planos curriculares integram as componentes de formação sociocultural, científica, tecnológica e formação em contexto de trabalho (FCT), sendo a respetiva carga horária distribuída pelos três anos do ciclo de formação no âmbito da autonomia pedagógica da Escola, salvaguardando o cumprimento da carga horária total prevista para cada qualificação e uma organização equilibrada da formação.

A componente de Cidadania e Desenvolvimento é desenvolvida com o contributo das diferentes disciplinas e componentes de formação, de acordo com a Estratégia de Educação para a Cidadania da Escola.

A organização da componente tecnológica observa os referenciais de formação aplicáveis a cada ciclo de formação, constantes do CNQ.

A apresentação das matrizes curriculares por triénio decorre das alterações introduzidas nos referenciais de formação das qualificações integradas no Catálogo Nacional de Qualificações, aplicáveis às turmas que iniciam o respetivo ciclo de formação.

Deste modo, as turmas dos triénios **2024/2027 e 2025/2028** mantêm os planos curriculares e referenciais em vigor à data do seu ingresso, enquanto as turmas que iniciam o curso no ano letivo de **2026/2027**, correspondentes ao triénio **2026/2029**, seguem os referenciais atualizados aplicáveis à respetiva qualificação.

Esta diferenciação assegura a continuidade e a coerência dos percursos formativos já iniciados e, simultaneamente, a aplicação das atualizações curriculares às novas turmas.

*Curso Profissional de Técnico de Turismo Ambiental e Rural**Triénios 2024/2027 e 2026/2028*

DISCIPLINAS / UFCD/UC				HORAS DE FORMAÇÃO			
				1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	Total
Componentes de Formação	Sociocultural	Português	Cidadania e Desenvolvimento	100	100	120	320
		Inglês Continuação		72	72	76	220
		Área de Integração		76	94	50	220
		Tecnologias da Informação e Comunicação		100	-	-	100
		Educação Física		50	50	40	140
	Científica	Geografia		100	100	-	200
		História e Cultura das Artes		70	70	60	200
		Matemática		50	50	-	100
	Técnica	Ambiente e Desenvolvimento Rural		150	75	125	350
		Técnicas de Turismo e Gestão		200	75	150	425
		Comunicar em Francês		50	50	-	100
		Técnicas de Acolhimento e Animação		100	100	150	350
		Formação em Contexto de Trabalho		-	300	300	600
	Total				1118	1136	1071

*Curso Profissional de Técnico de Informática de Gestão**Triénios 2024/2027 e 2026/2028*

DISCIPLINAS / UFCD/UC				HORAS DE FORMAÇÃO			
				1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	Total
Componentes de Formação	Sociocultural	Português	Cidadania e Desenvolvimento	100	100	120	320
		Inglês Continuação		72	72	76	220
		Área de Integração		76	94	50	220
		Tecnologias da Informação e Comunicação		100	-	-	100
		Educação Física		50	50	40	140
	Científica	Economia		100	100	-	200
		Matemática		100	100	100	300
	Técnica	Linguagens de Programação		186	109	163	458
		Organização de Empresas e Aplicações de Gestão		101	81	105	287
		Sistemas de Informação		77	59	116	252
		Aplicações Informáticas e Sistemas de Exploração		102	81	-	183
		Formação em Contexto de Trabalho		-	300	300	600
Total				1064	1146	1070	3280

*Curso Profissional de Técnico de Desporto**Triénios 2024/2027 e 2026/2028*

DISCIPLINAS / UFCD/UC				HORAS DE FORMAÇÃO			
				1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	Total
Componentes de Formação	Sociocultural	Português	Cidadania e Desenvolvimento	100	100	120	320
		Inglês Continuação		72	72	76	220
		Área de Integração		76	94	50	220
		Tecnologias da Informação e Comunicação		100	-	-	100
		Educação Física		50	50	40	140
	Científica	Estudo do Movimento		140	60	-	200
		Psicologia		100	-	-	100
		Matemática		100	100	-	200
	Técnica	Organização e Desenvolvimento do Desporto (Animação e Lazer)		125	100	100	325
		Desportos Individuais e Coletivos		150	100	150	400
		Desportos de Academia		100	100	150	350
		Desportos da Natureza		-	50	75	125
		Formação em Contexto de Trabalho		-	300	300	600
Total				1113	1126	1061	3300

*Curso Profissional de Técnico de Turismo**Triénio 2026/2029*

DISCIPLINAS / UFCD/UC				HORAS DE FORMAÇÃO			
				1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	Total
Componentes de Formação	Sociocultural	Português	Cidadania e Desenvolvimento	100	100	120	320
		Inglês Continuação		72	72	76	220
		Área de Integração		76	94	50	220
		Tecnologias da Informação e Comunicação		100	-	-	100
		Educação Física		50	50	40	140
	Científica	Geografia		100	100	-	200
		História e Cultura das Artes		70	70	60	200
		Matemática		50	50	-	100
	Técnica	Marketing Digital		75	75	75	225
		Técnicas de Turismo e Gestão		175	100	175	450
		Comunicar em Inglês		50	50	-	100
		Técnicas de Acolhimento e Animação		175	150	175	500
		Formação em Contexto de Trabalho		-	300	300	600
Total				1093	1211	1071	3375

*Curso Profissional de Técnico de Informática de Gestão**Triénio 2026/2029*

DISCIPLINAS / UFCD/UC				HORAS DE FORMAÇÃO			
				1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	Total
Componentes de Formação	Sociocultural	Português	Cidadania e Desenvolvimento	100	100	120	320
		Inglês Continuação		72	72	76	220
		Área de Integração		76	94	50	220
		Tecnologias da Informação e Comunicação		100	-	-	100
		Educação Física		50	50	40	140
	Técnica	Economia		100	100	-	200
		Matemática		100	100	100	300
		Linguagens de Programação		150	75	-	225
		Organização de Empresas e Aplicações de Gestão		75	75	50	200
		Sistemas de Informação		75	75	100	250
		Comunicar em Inglês		50	-	-	50
		Aplicações Informáticas e Sistemas de Exploração		75	150	125	350
		Formação em Contexto de Trabalho		-	300	300	600
		Total			1023	1191	961

*Curso Profissional de Técnico de Desporto**Triénio 2026/2029*

DISCIPLINAS / UFCD/UC				HORAS DE FORMAÇÃO			
				1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	Total
Componentes de Formação	Sociocultural	Português	Cidadania e Desenvolvimento	100	100	120	320
		Inglês Continuação		72	72	76	220
		Área de Integração		76	94	50	220
		Tecnologias da Informação e Comunicação		100	-	-	100
		Educação Física		50	50	40	140
	Científica	Estudo do Movimento		93	47	60	200
		Psicologia		46	54	-	100
		Matemática		100	100	-	200
	Técnica	Treino Desportivo		125	50	75	250
		Introdução ao Desporto		75	100	50	225
		Desportos Individuais e Coletivos		125	125	225	475
		Desportos de Academia		75	75	75	225
		Desportos da Natureza		25	25	25	75
		Formação em Contexto de Trabalho		-	300	300	600
Total				1062	1192	1096	3350

4.4 Português Língua não Materna (PLNM)

A Escola assegura a oferta de Português Língua Não Materna (PLNM) aos alunos cuja língua materna não seja o português ou que não tenham tido o português como língua de escolarização e para os quais, atendendo ao respetivo percurso escolar e perfil sociolinguístico, esta constitua a resposta curricular mais adequada, nos termos da legislação aplicável.

Aquando do ingresso no sistema educativo português, é traçado o perfil sociolinguístico do aluno e realizado o diagnóstico das suas competências em língua portuguesa, tendo em vista o seu posicionamento no nível zero, quando desconheça a língua e o alfabeto portugueses, ou num dos níveis de proficiência linguística definidos com referência ao Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas: Iniciação (A1, A2), Intermédio (B1, B2) e Avançado (C1).

Os alunos posicionados no **nível zero**, nos níveis de **Iniciação (A1 e A2)** ou no nível **B1** frequentam PLNM como equivalente à disciplina de Português. Os alunos posicionados nos níveis **B2 e C1** frequentam a disciplina de Português, sem prejuízo da mobilização de estratégias e medidas de apoio adequadas ao respetivo perfil sociolinguístico.

Os alunos de PLNM são organizados por nível de proficiência linguística e não por ano de escolaridade, seguindo, no caso do nível zero, os descritores de desempenho comunicativo e, nos níveis A1, A2 e B1, as Aprendizagens Essenciais de PLNM correspondentes, com adequação dos processos de ensino, aprendizagem e avaliação à respetiva faixa etária.

A constituição de grupos de PLNM observa os requisitos legalmente definidos: podem ser constituídos grupos com um mínimo de oito alunos, quando estes se encontrem posicionados no nível zero e/ou A1, e grupos com um mínimo de dez alunos, podendo, quando necessário, integrar alunos dos níveis A1, A2 e B1.

Quando não seja possível constituir grupos específicos, os alunos frequentam PLNM na turma em que estão matriculados, nos tempos letivos correspondentes à disciplina de Português, beneficiando, sempre que necessário e em função dos recursos disponíveis, de apoio adicional destinado ao desenvolvimento das competências em língua portuguesa e à progressiva integração no currículo.

Aos alunos recém-chegados ao sistema educativo português, posicionados no nível zero ou nos níveis A1 e A2, podem ser disponibilizadas, em articulação com os pais ou encarregados de educação, respostas que facilitem o acesso progressivo ao currículo, designadamente através da mobilização de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, sob proposta da EMAEI, e de adaptações aos

1. processos de avaliação interna e externa.

2. A integração progressiva no currículo pode envolver a seleção das disciplinas a frequentar e a organização de outras atividades letivas, tendo em conta o perfil sociolinguístico, o percurso escolar e a oferta educativa ou formativa frequentada, privilegiando atividades que promovam a **imersão linguística, o relacionamento interpessoal, a inclusão e o sentimento de pertença à comunidade escolar**. No ensino secundário, esta organização deve assegurar o cumprimento das condições e cargas horárias legalmente previstas.

4. A transição entre níveis de proficiência pode ocorrer no final do ano letivo ou noutro momento do mesmo, mediante a realização dos procedimentos de avaliação previstos para o efeito, não decorrendo automaticamente da obtenção de classificação positiva na disciplina.

5. O acompanhamento dos alunos é assegurado pelo docente de PLNM, em estreita articulação com o Conselho de Turma e com as estruturas de apoio educativo da Escola. Complementarmente, a Embaixadora dos Alunos Migrantes acompanha o processo de acolhimento e integração dos alunos migrantes e promove iniciativas que favoreçam a aprendizagem da língua portuguesa, a participação na vida escolar e a integração na comunidade educativa.

Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade constitui uma dimensão relevante da gestão e do desenvolvimento curricular, favorecendo a articulação entre diferentes áreas do saber e a construção de aprendizagens integradas e significativas. Através da mobilização de conhecimentos, capacidades, atitudes e valores em diferentes contextos, contribui para o desenvolvimento das áreas de competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, designadamente o pensamento crítico e criativo, a resolução de problemas, a comunicação, a autonomia e a colaboração.

No âmbito das opções curriculares definidas no Projeto Curricular de Escola, a interdisciplinaridade concretiza-se através da articulação curricular entre disciplinas, módulos ou UFCD/UC, sempre que existam aprendizagens, conteúdos, competências, problemas ou objetivos suscetíveis de abordagem integrada. Pode assumir diferentes formas e níveis de complexidade, desde a articulação pontual entre aprendizagens comuns até ao desenvolvimento de projetos interdisciplinares mais abrangentes.

A sua concretização assenta no trabalho colaborativo dos docentes e, quando desenvolvida ao nível da turma, na ação articulada do Conselho de Turma, devendo partir das aprendizagens a desenvolver e das características, necessidades e interesses dos alunos. A opção por abordagens interdisciplinares deve, assim, decorrer da sua pertinência pedagógica e curricular, contribuindo para a coerência das aprendizagens e para a melhoria da qualidade do ensino.

5.1 Domínios de Autonomia Curricular (DAC)

A Escola valoriza uma abordagem integrada do currículo, promotora da articulação dos saberes e da construção de aprendizagens significativas, procurando proporcionar aos alunos oportunidades diversificadas de mobilização dos conhecimentos e competências adquiridos em diferentes contextos curriculares.

Neste âmbito, os Domínios de Autonomia Curricular (DAC) constituem uma opção de gestão curricular que favorece o trabalho interdisciplinar e a articulação curricular entre diferentes disciplinas, módulos ou UFCD/UC, tendo como referência os documentos curriculares aplicáveis e as áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Através dos DAC pretende-se favorecer uma visão integrada das aprendizagens, reforçar a articulação entre diferentes áreas do saber e criar condições para que os alunos compreendam, relacionem e mobilizem conhecimentos em situações diversificadas. Privilegia-se, deste modo, o desenvolvimento de competências de pesquisa, análise, comunicação, argumentação, resolução de problemas, pensamento crítico, criatividade, autonomia e trabalho colaborativo.

A conceção e operacionalização dos DAC assentam no trabalho colaborativo dos docentes e dos Conselhos de Turma, partindo das aprendizagens previstas para as disciplinas, módulos ou UFCD/UC envolvidos e das necessidades pedagógicas identificadas em cada turma. A sua organização deve assegurar a coerência entre as aprendizagens a desenvolver, as estratégias adotadas e as características e necessidades dos alunos.

Os DAC podem assumir diferentes formas, de acordo com os objetivos pedagógicos definidos:

- **Projetos interdisciplinares desenvolvidos a partir de Cidadania e Desenvolvimento**, articulando os respetivos domínios com aprendizagens de diferentes disciplinas e integrando-se no Plano de Turma de Educação para a Cidadania;
- **Projetos interdisciplinares em torno de temáticas, problemas ou competências comuns**, envolvendo duas ou mais disciplinas, módulos ou UFCD/UC e podendo conduzir à realização de um produto final;
- **Articulação curricular em torno de aprendizagens, conteúdos ou competências comuns**, esultante de necessidades pedagógicas identificadas pelos docentes, designadamente ao nível da escrita, do cálculo, da argumentação, da investigação, da comunicação ou de conteúdos suscetíveis de abordagem articulada.

A realização de um DAC não implica necessariamente a existência de um tema global, a utilização da metodologia de trabalho de projeto ou a concretização de um produto final.

A articulação pode assumir diferentes níveis de complexidade, devendo ser adequada às

aprendizagens a desenvolver e aos objetivos definidos pelos docentes.

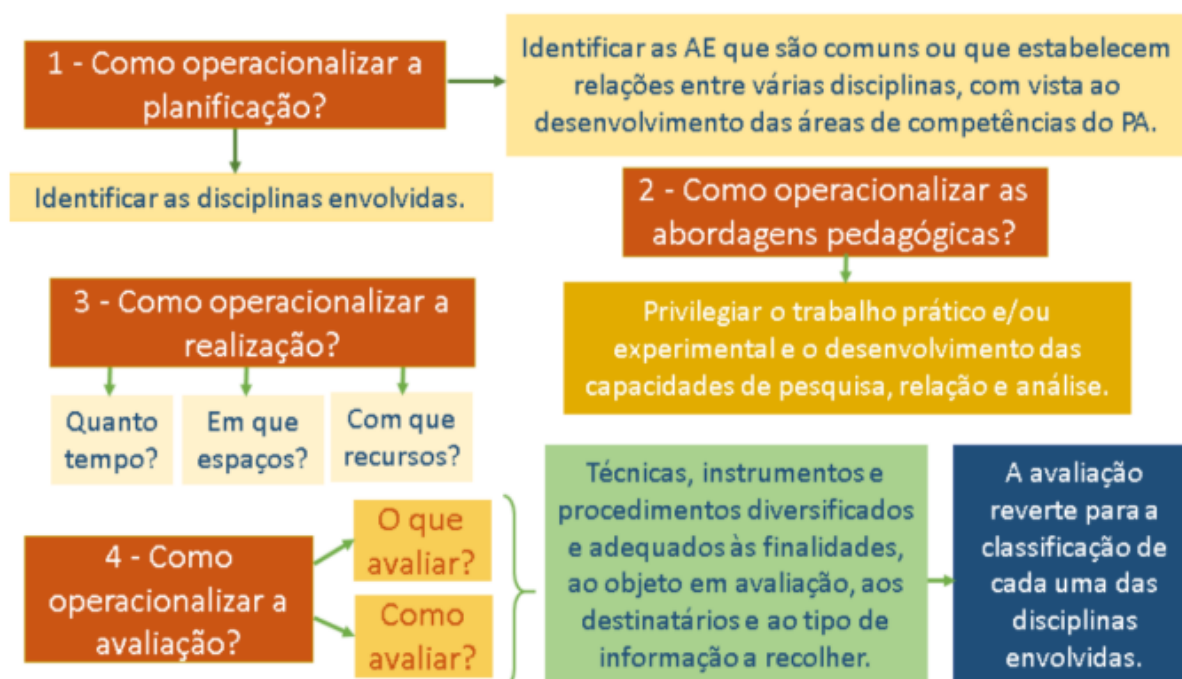
A calendarização e a organização do trabalho são definidas pelos docentes envolvidos, podendo abranger períodos mais ou menos alargados do ano letivo e envolver duas ou mais disciplinas, módulos ou UFCD/UC.

O planeamento, o desenvolvimento e a avaliação das aprendizagens realizam-se de forma articulada, sendo os elementos de avaliação recolhidos no âmbito dos DAC considerados na avaliação das respetivas disciplinas, módulos ou UFCD/UC, de acordo com os critérios de avaliação definidos. Aos DAC não é atribuída classificação autónoma nem ponderação específica nos critérios de avaliação.

A planificação dos DAC é registada no Anexo 3 do Plano de Turma, identificando, de acordo com a natureza da articulação, os intervenientes, as aprendizagens e competências a desenvolver, o problema, tema ou ponto de articulação, as estratégias e atividades previstas, a calendarização, os procedimentos de avaliação e, quando aplicável, o produto final.

Sempre que o desenvolvimento de um DAC implique a realização de atividades como visitas de estudo, palestras, workshops ou outras iniciativas dirigidas à comunidade educativa, estas devem igualmente ser integradas no **Plano Anual de Atividades**.

Deste modo, os DAC constituem um instrumento privilegiado de concretização da autonomia e flexibilidade curricular, reforçando a colaboração entre docentes, a coerência do trabalho desenvolvido pelo Conselho de Turma e a centralidade das aprendizagens dos alunos.



A figura anterior apresenta, de forma esquemática, os diferentes momentos da operacionalização de um DAC: planificação, abordagens pedagógicas, realização e avaliação.

5.2. *Cidadania e Desenvolvimento*

A componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento, prevista no Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, na sua redação atual, tem como referenciais a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/2025, de 29 de agosto, e as Aprendizagens Essenciais de Cidadania e Desenvolvimento, homologadas pelo Despacho n.º 10637-A/2025, de 9 de Setembro.

A Educação para a Cidadania visa promover a aquisição e o desenvolvimento de conhecimentos, capacidades, atitudes e valores que habilitem os alunos para uma participação cívica ativa, responsável e informada, no quadro da democracia, dos valores constitucionais, dos Direitos Humanos e do respeito pelo pluralismo. Constitui, simultaneamente, uma responsabilidade partilhada pela Escola, envolvendo alunos, docentes, famílias e comunidade e promovendo oportunidades efetivas de participação na vida escolar e social.

A sua operacionalização articula-se com a Estratégia de Educação para a Cidadania da Escola, com o Projeto Educativo e com o Plano de Turma, concretizando-se através das opções curriculares e pedagógicas definidas para cada nível de ensino e das iniciativas e projetos desenvolvidos pelas turmas. A abordagem deve privilegiar situações de aprendizagem significativas, a participação ativa dos alunos, a articulação curricular e a interdisciplinaridade, sempre que pedagogicamente pertinente.

No início do ano letivo, o Conselho de Turma define o **Plano de Turma de Educação para a Cidadania**, envolvendo os alunos e os representantes dos pais e encarregados de educação nos termos previstos na ENEC. O plano identifica, designadamente, as dimensões a desenvolver, as iniciativas e projetos previstos e, quando aplicável, as entidades externas a envolver.

A concretização da Educação para a Cidadania pode articular-se com os **Domínios de Autonomia Curricular, com projetos, clubes, planos e atividades da Escola e com iniciativas desenvolvidas em parceria com entidades da comunidade**, sempre que estas contribuam para as aprendizagens e objetivos definidos.

A Cidadania e Desenvolvimento assume igualmente uma função dinamizadora da articulação curricular e da participação dos alunos, podendo concretizar-se através de iniciativas e projetos de natureza diversa, designadamente visitas de estudo e aulas de campo, palestras e debates, exposições, projetos interdisciplinares e outras atividades desenvolvidas em articulação com a comunidade.

Uma das iniciativas que corporiza esta abordagem é o **Dia Aberto**, realizado no 3.º período letivo, envolvendo a comunidade escolar na apresentação e partilha de aprendizagens, projetos e atividades desenvolvidos ao longo do ano. A iniciativa constitui um espaço privilegiado de articulação curricular, participação dos alunos, abertura da Escola à comunidade e valorização do trabalho desenvolvido pelas diferentes turmas e áreas curriculares.

No presente Projeto Curricular de Escola, são destacados apenas os aspetos mais relevantes a desenvolver nesta área disciplinar. Recomenda-se a leitura integral do documento “Estratégia de Educação para a Cidadania da Escola Secundária de Barcelinhos” para uma compreensão mais completa das orientações e estratégias propostas.

Dimensões da Educação para a Cidadania

A Educação para a Cidadania, a operacionalizar através da componente curricular de Cidadania e desenvolvimento, congrega 8 dimensões a implementar ao longo da escolaridade obrigatória.

Todas as dimensões são obrigatórias, organizando-se em dois grupos, com implicações diferentes do seguinte modo:

1.º Grupo	2.º Grupo
Obrigatórias em todos os anos de escolaridade	Obrigatórias em pelo menos um ano de escolaridade em cada ciclo de estudos
Direitos Humanos	Saúde
Democracia e Instituições Políticas	Risco e Segurança Rodoviária
Desenvolvimento Sustentável	Pluralismo e Diversidade Cultural
Literacia Financeira e Empreendedorismo	Media

Pretende-se que os alunos aprendam e adquiram conhecimentos e competências que os ajudem no seu desenvolvimento individual e na sua participação cívica, no quadro da democracia, dos valores constitucionais e da defesa dos Direitos Humanos.

Na Escola Secundária de Barcelinhos os domínios a trabalhar, em cada ciclo e ano de escolaridade, distribuem-se de acordo com o quadro que se segue.

Domínios da Educação para a Cidadania		3.º Ciclo do Ensino Básico			Ensino Secundário		
		Básico					
		7.º	8.º	9.º	10.º	11.º	12.º
Dimensões	Direitos Humanos	X	X	X	X	X	X
	Democracia e Instituições Políticas	X	X	X	X	X	X
	Desenvolvimento Sustentável	X	X	X	X	X	X
	Literacia Financeira e Empreendedorismo	X	X	X	X	X	X
Dimensões atribuídas pela escola	Saúde	X			X		
	Risco e Segurança Rodoviária	X				X	
	Pluralismo e Diversidade Cultural			X			X
	Media		X		X		

Enriquecimento Curricular

6.1 Planos, Projetos e Clubes

A Escola disponibiliza aos alunos um conjunto diversificado de planos, projetos e clubes, enquadrados nas orientações e prioridades definidas no Projeto Educativo e articulados com as diferentes áreas da vida escolar.

Estas iniciativas complementam e enriquecem as aprendizagens desenvolvidas no âmbito do currículo, contribuindo para a formação integral dos alunos, para o desenvolvimento das áreas de competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e para a concretização dos valores e princípios nele inscritos.

A participação dos alunos é incentivada em função dos seus interesses, aptidões e necessidades, promovendo-se oportunidades de desenvolvimento pessoal, social, cultural, científico, tecnológico, artístico, desportivo e cívico, bem como de participação ativa na vida da Escola e da comunidade.

Sempre que a natureza da iniciativa implique inscrição, esta é efetuada através dos procedimentos definidos pela Escola ou junto do docente responsável.

O quadro seguinte apresenta os planos, projetos e clubes a desenvolver no ano letivo de 2026/2027, cuja continuidade decorre da avaliação realizada no final do ano letivo anterior e da pertinência reconhecida à sua manutenção.

Âmbito do projeto	Plano, Projeto ou Clube	Competências do PASEO
Técnico e Digital	Clube de Robótica	B, C, D, E, F, I
	Laboratórios de Educação Digital (LED)	A, B, C, D, E, F, I
Artes	Plano Nacional de Artes e Plano Cultural de Escola	A, B, C, D, E, F, G, H, I
	Clube de Teatro	A, B, D, E, F, G, H, J
	Clube de Dança	B, C, E, F, G, H, J
	Plano Nacional de Cinema e Clube de Cinema	A, B, D, E, F, G, H, I, J

Âmbito do projeto	Plano, Projeto ou Clube	Competências do PASEO
Pessoal, Social, Cívico e Cultural	Erasmus+	A, B, C, D, E, F, G, H, I
	Clube de Comunicação e Informação	A, B, D, E, F, G, H, I
	Clube Europeu	A, B, D, E, F, G, H, I
	Clube de Voluntariado	B, D, E, F, G, H, I
	Parlamento dos Jovens	A, B, C, D, E, F, I
	Plano Nacional de Leitura (PNL)	A, B, C, D, E, F, I
	Clube de Leitura / Escola a Ler	A, B, C, D, E, F, I
	Laços do Coração (SPO) Projeto de Competências Socioemocionais	A, B, C, D, E, F, I
Científico e Ambiental	Projeto Eco-Escolas	B, C, D, E, F, G, H, I, J
	Projeto Rios	A, B, C, D, E, F, G, H, I
	Clube Ciência Viva	A, B, C, D, E, F, G, H, I
Desportivo	DE Sobre Rodas (todos os alunos)	C, D, F, G, H, J
	Jogar +	C, D, F, G, H, J
	BTT-XCO	C, D, F, G, H, J
	Voleibol (Juvenis Feminino)	C, D, F, G, H, J
	Canoagem (todos os alunos)	C, D, F, G, H, J

A - Linguagem e textos; **B**- Informação e Comunicação, **C** - Raciocínio e resolução de problemas; **D** - Pensamento crítico e Pensamento criativo; **E** - Relacionamento Interpessoal; **F** - Desenvolvimento Pessoal e Autonomia; **G** - Bem-estar, Saúde e Ambiente; **H** - Sensibilidade estética e Artística; **I** - Saber Científico, Técnico e Tecnológico; **J** - Consciência e Domínio do Corpo.

No ano letivo de 2026/2027, a Escola integra ainda, pela primeira vez, o projeto *Barcelos Cuida* – *Jovens Embaixadores da Saúde Mental*, uma iniciativa de promoção e prevenção em saúde mental, assente numa abordagem de suporte interpares e desenvolvida em parceria com a RECOVERY IPSS, o Município de Barcelos, a APACI e a Rede Municipal de Saúde Mental.

Ao longo do ano letivo, poderão ser desenvolvidos outros clubes, projetos, programas ou planos que, pela sua pertinência e relevância para a concretização das prioridades e objetivos do Projeto Educativo, venham a ser integrados no Projeto Curricular de Escola.

6.2 Plano Cultural de Escola

O Plano Cultural de Escola decorre da Estratégia do Plano Nacional das Artes (PNA), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2019, que propõe a criação de projetos culturais em cada escola como instrumentos de integração da cultura e das artes na vida escolar. Este plano visa promover o acesso às artes e à cultura, incentivando a participação, fruição e criação cultural em contexto educativo.

As temáticas a abordar na nossa Escola repartem-se por vários projetos e linhas de ação, a destacar:

- (Re)ValorizAR-TE: centrado na valorização do património material e imaterial, construído e natural, bem como das tradições, lendas e costumes locais e regionais.
- (Re)AmbientAR-TE: privilegiando a relação com a natureza e o ambiente, a inclusão, a solidariedade e o voluntariado.
- (Re)LembrAR-TE: dedicado à valorização de acontecimentos e personagens locais, regionais ou nacionais que deixaram contributos significativos para o concelho e para a identidade coletiva.
- (Re)criAR-TE: fomentando a valorização das expressões plásticas e performativas, das tradicionais às contemporâneas, e promovendo o carácter interdisciplinar e transdisciplinar das artes e do património.

Em todos estes projetos está presente uma matriz de cidadania, envolvendo a família, a fruição cultural, a inclusão, a interculturalidade, a participação democrática e o fomento das várias literacias.

Este conjunto de iniciativas converge num (Re)EncontrAR-TE, que prioriza o papel da escola como ponto de encontro e de ligação entre a identidade cultural local e a abertura global ao mundo, valorizando simultaneamente a identidade e a expressão cultural da escola e da comunidade.

6.3 *Academia de Ciclismo*

A Escola Secundária de Barcelinhos tem vindo a desenvolver um trabalho consistente na promoção das atividades velocipédicas em contexto escolar.

A sua intervenção assenta em três grandes pilares:

- Desporto Escolar Sobre Rodas
- BTT do Desporto Escolar
- Centro de Formação Desportiva de BTT-XCO do Desporto Escolar.

Considerando a abrangência e complementaridade destas linhas estratégicas, foi assumida a designação interna “Academia de Ciclismo Escolar da ES Barcelinhos”, sendo que cada vertente desenvolve projetos e atividades alinhados com os seus propósitos de ação, com uma Visão e uma Missão claramente definidas.

A Academia assegura o processo de ensino-aprendizagem do padrão motor “Saber Andar de Bicicleta”, tanto no seio da escola como em âmbito concelhio (Barcelos Sobre Rodas), e promove a formação desportiva com carácter competitivo.

Salienta-se que, nas turmas do 7.º ano de escolaridade, o projeto “Desporto Escolar Sobre Rodas” continuará a ser desenvolvido em articulação com a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, num trabalho conjunto e sinérgico destinado ao Ciclismo do Quotidiano.

O projeto dará o seu contributo para os domínios Saúde e Risco e Segurança Rodoviária, através da implementação e desenvolvimento de iniciativas de carácter essencialmente prático, complementadas com trabalho autónomo realizado no seio de cada turma. Será igualmente valorizado o envolvimento das famílias dos alunos.

6.4 Programa de Apoio à Promoção e Educação para a Saúde (PAPES)

O PAPES tem enfoque nas seguintes áreas:

- Saúde Mental e Prevenção da Violência
- Educação Alimentar e Atividade Física
- Comportamentos Aditivos e Dependências
- Afetos e Educação para a Sexualidade

No decurso do ano letivo, são propostas várias atividades, articuladas com determinadas disciplinas, módulos ou UFCD, visando:

- promover a literacia em saúde;
- promover atitudes e valores que suportem comportamentos saudáveis;
- valorizar comportamentos que conduzam a estilos de vida saudáveis;
- criar condições ambientais para uma Escola Promotora de Saúde;
- universalizar o acesso à educação para a saúde em meio escolar;
- qualificar a oferta da educação para a saúde em meio escolar;
- consolidar o apoio aos projetos em meio escolar.

O Projeto PAPES mantém também em funcionamento o Gabinete de Informação e Apoio ao Aluno (GIAA), da responsabilidade do Coordenador do PAPES e da Equipa de Saúde Escolar da Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) de Barcelinhos. Este constitui um espaço de informação, apoio e acompanhamento regulares, bem como de esclarecimento de dúvidas e questões no âmbito da Educação para a Saúde, abrangendo áreas como alimentação, atividade física, substâncias psicoativas, sexualidade, perturbações do sono e alterações comportamentais.

A Equipa do PAPES é constituída por vários elementos pertencentes à própria Escola, pela Equipa de Saúde Escolar da UCC de Barcelinhos e pela Secção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário da GNR de Barcelinhos.

6.5 Programa Regional de Educação Sexual em Saúde Escolar (PRESSE)

O Programa Regional de Educação Sexual em Saúde Escolar (PRESSE), concebido pela Administração Regional de Saúde do Norte (ARS Norte, I.P.), em parceria com a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares – Direção de Serviços da Região Norte (DGEstE-Norte), consiste na promoção da educação sexual de forma concertada na Escola.

Para tal, recorre à exploração de recursos validados e certificados sobre as várias dimensões da sexualidade humana, nomeadamente os Cadernos de Apoio PRESSE-BOOK 3.º Ciclo e PRESSE-BOOK Secundário.

O PRESSE centra-se na educação sexual em contexto escolar, reforçando os fatores de proteção e reduzindo os comportamentos de risco, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos e para a promoção de estilos de vida saudáveis.

De acordo com a legislação em vigor, o PRESSE prevê a realização de 16 tempos letivos anuais por turma, assegurando uma abordagem estruturada, contínua e progressiva das diferentes dimensões da sexualidade humana.

A implementação do PRESSE articula-se diretamente com o PAPES, complementando-o na área da educação para a sexualidade. Desta forma, garante-se coerência e continuidade nas ações de promoção da saúde e da cidadania, assegurando que os alunos beneficiam de uma intervenção integrada e consistente.

6.7 *Projetos de Capacitação Parental*

A inclusão de projetos de capacitação parental no Projeto Curricular de Escola decorre da necessidade de reforçar a articulação entre escola, família e comunidade, tal como previsto no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, que valoriza a inserção familiar e comunitária como dimensão essencial da formação integral dos alunos.

A escola assume-se como espaço de aprendizagem partilhada, onde os pais e encarregados de educação desempenham um papel fundamental na promoção do sucesso escolar e no desenvolvimento integral dos alunos.

Neste sentido, os projetos de capacitação parental visam:

- Fortalecer competências parentais que apoiem o acompanhamento escolar;
- Promover literacia digital, cultural e social junto das famílias;
- Reforçar a cidadania ativa e participativa, envolvendo os pais em projetos da Escola;
- Criar sinergias entre escola e comunidade, potenciando o impacto das aprendizagens;
- Promover maior envolvimento das famílias na vida escolar.

Os projetos em desenvolvimento na nossa Escola são:

Academia Digital para Pais: projeto nacional que promove a literacia digital das famílias, capacitando os pais para acompanhar o percurso escolar dos filhos e utilizar de forma segura e eficaz as ferramentas digitais.

Canal Conexão: tem como objetivo capacitar os pais e encarregados de educação, promovendo maior interação e envolvimento no processo educativo. Este canal partilha, através das redes sociais e do correio eletrónico, conteúdos informativos, dicas e orientações sobre temas relevantes para a comunidade educativa.

6.8 Atividades de Complemento Curricular

Para além das atividades desenvolvidas no âmbito dos Planos, Projetos e Clubes, realizam-se ainda outras iniciativas dinamizadas pelos Departamentos Curriculares, Equipas Pedagógicas, Conselhos de Turma, Núcleos de Estágio, Direção da Escola e Associação de Pais e Encarregados de Educação.

Estas atividades, desenvolvidas ao longo do ano letivo e integradas no Plano Anual de Atividades, contribuem para a concretização dos objetivos e prioridades definidos no Projeto Educativo, bem como para:

- o enriquecimento do currículo,
- a promoção da interdisciplinaridade,
- a contextualização das aprendizagens,
- a consolidação de conhecimentos e competências,
- o reforço da ligação entre a Escola, as famílias e a comunidade.

Em consonância com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, estas iniciativas promovem o desenvolvimento de competências transversais e de valores como a responsabilidade, a autonomia, a solidariedade, a cidadania e a participação ativa, articulando-se, sempre que aplicável, com as Aprendizagens Essenciais e proporcionando aos alunos oportunidades de mobilização e consolidação das aprendizagens em contextos diversificados, significativos e integradores.

07 Colaboração na Inclusão

A educação inclusiva constitui um princípio estruturante da ação educativa da Escola e assenta no reconhecimento da diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, procurando assegurar a sua participação efetiva nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa. Neste sentido, implica identificar e remover barreiras à aprendizagem e à participação, valorizar a diversidade e criar condições de equidade no acesso ao currículo, na participação e na progressão escolar.

A concretização deste princípio envolve toda a Escola e traduz-se numa atuação de natureza pedagógica, curricular, organizacional e colaborativa, sustentada na corresponsabilização dos docentes, das estruturas e serviços de apoio, dos alunos, das famílias e, sempre que necessário, dos parceiros da comunidade.

As medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão organizam-se segundo um modelo de intervenção multinível, compreendendo medidas universais, seletivas e adicionais, mobilizadas em função das necessidades identificadas e da avaliação sistemática da eficácia das respostas implementadas. Podem ser mobilizadas, em simultâneo, medidas de diferentes níveis, privilegiando-se respostas que promovam a participação do aluno no contexto da turma e nos demais contextos educativos.

Neste quadro, a Escola articula os recursos humanos, organizacionais e pedagógicos disponíveis, os docentes e demais estruturas educativas, procurando assegurar respostas adequadas, monitorizadas e orientadas para a melhoria das aprendizagens, da participação, da autonomia e do sucesso educativo dos alunos.

No decurso do ano letivo de 2026/2027, prevê-se a entrada em aplicação da revisão do Regime Jurídico da Educação Inclusiva, aprovada em 2026, com produção de efeitos prevista a partir de janeiro de 2027, após a publicação da respetiva legislação complementar. A Escola acompanhará a regulamentação e as orientações que vierem a ser definidas, procedendo à adequação das estruturas, procedimentos e instrumentos internos que se revele necessária, salvaguardando a continuidade das respostas educativas e do acompanhamento dos alunos.

A revisão mantém os princípios estruturantes da educação inclusiva, procurando reforçar a sua operacionalização, simplificar procedimentos, clarificar responsabilidades e aprofundar a articulação entre Educação, Saúde, Segurança Social, famílias e comunidade. Entre as alterações anunciadas encontram-se a criação do Sistema Nacional de Apoio à Inclusão, do Plano de Desenvolvimento Integral e da figura do Gestor de Apoio à Inclusão, bem como o reforço da participação das famílias e da continuidade do acompanhamento ao longo do percurso educativo.

7.1 Medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão

As medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão são organizadas em três níveis de intervenção — **universais, seletivas e adicionais** — e são mobilizadas ao longo do percurso escolar em função das necessidades identificadas. A definição das medidas a implementar assenta em evidências decorrentes da monitorização e da avaliação sistemática da eficácia das respostas educativas, podendo ser adotadas, em simultâneo, medidas de diferentes níveis.



A figura representa as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, organizadas por níveis de intervenção.

7.1.1 Medidas Universais de suporte à aprendizagem e à inclusão

As medidas universais correspondem às respostas educativas disponibilizadas pela Escola a todos os alunos, visando promover a participação e a melhoria das aprendizagens. Integram, designadamente:

- Diferenciação pedagógica;
- Acomodações curriculares;
- Enriquecimento curricular;
- Promoção do comportamento pró-social;
- Intervenção com foco académico ou comportamental em pequenos grupos.

7.1.2 Medidas Seletivas de suporte à aprendizagem e à inclusão:

As medidas seletivas visam responder a necessidades de suporte à aprendizagem que não tenham sido suficientemente supridas através das medidas universais. Integram:

- percursos curriculares diferenciados;
- adaptações curriculares não significativas;
- apoio psicopedagógico;
- antecipação e reforço das aprendizagens;
- apoio tutorial.

A mobilização de medidas seletivas e/ou adicionais é fundamentada em **Relatório Técnico-Pedagógico (RTP)**, elaborado pela Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva, no qual são identificadas as medidas a mobilizar, o respetivo modo de operacionalização, os responsáveis pela sua implementação e os procedimentos de avaliação da sua eficácia.

As adaptações curriculares não significativas não comprometem as Aprendizagens Essenciais nem as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e, nas ofertas de dupla certificação, as aprendizagens previstas no respetivo perfil profissional.

7.1.3 Medidas Adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão (artigo 10.º):

As medidas adicionais destinam-se a responder a dificuldades acentuadas e persistentes ao nível da comunicação, interação, cognição ou aprendizagem, quando as medidas universais e seletivas se revelem insuficientes. Integram:

- frequência do ano de escolaridade por disciplinas;
- adaptações curriculares significativas;
- plano individual de transição;
- desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado;
- desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social.

Sempre que sejam propostas adaptações curriculares significativas, o RTP é acompanhado de um Programa Educativo Individual (PEI), que dele faz parte integrante.

Para os alunos abrangidos pelas medidas adicionais de adaptações curriculares significativas, desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado ou desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social, é assegurada, no Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA), uma resposta que complemente o trabalho desenvolvido em sala de aula ou noutros contextos educativos, com vista à sua inclusão

7.2 Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI)

A EMAEI, de composição diversificada, constitui um recurso organizacional específico de apoio à aprendizagem e à inclusão, tendo em vista uma leitura alargada, integrada e participada de todos os intervenientes no processo educativo. No quadro das suas competências, a equipa multidisciplinar tem o compromisso de contribuir para a construção de uma escola mais inclusiva, garantindo que nenhum aluno fique para trás, que passa, entre outros, por:

- Sensibilizar a comunidade educativa para a educação inclusiva, através de ações diversas;
- Prestar aconselhamento aos docentes na implementação de práticas pedagógicas inclusivas;
- Analisar a informação processual, recolhida pelos elementos variáveis, com vista à proposta conjunta das medidas de suporte à aprendizagem a mobilizar, e monitorização e avaliação da aplicação das mesmas;
- Propor as medidas de suporte à aprendizagem e inclusão a mobilizar;
- Elaborar o Relatório Técnico-Pedagógico e, quando aplicável, o Programa Educativo Individual e o Plano Individual de Transição;
- Acompanhar, monitorizar e avaliar a aplicação de medidas de suporte à aprendizagem;
- Acompanhar o funcionamento do Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA);
- Convocar os técnicos especializados necessários que trabalham com o aluno.

A intervenção da EMAEI desenvolve-se em estreita articulação com os alunos e respetivas famílias, os Conselhos de Turma, os docentes, os técnicos especializados, o CAA e os demais recursos específicos existentes na Escola e na comunidade, procurando assegurar que a definição das respostas educativas assenta numa análise integrada das necessidades e potencialidades do aluno e das barreiras existentes nos diferentes contextos.

A monitorização e avaliação das medidas mobilizadas constituem uma dimensão essencial da intervenção da EMAEI, permitindo aferir a sua eficácia e proceder, sempre que necessário, ao respetivo ajustamento, alteração ou cessação, tendo em vista a melhoria das condições de participação, aprendizagem, autonomia e inclusão dos alunos.

7.3. Respostas Educativas

• **Aulas de Coadjuvação:** esta resposta educativa visa proporcionar um acompanhamento individualizado e personalizado dos alunos em sala de aula, sobretudo para os alunos de baixo rendimento escolar, baixos recursos económicos e com barreiras linguísticas e culturais acentuadas, favorecendo a aprendizagem de todos e a interação com os pares. Pretende-se ainda a colaboração entre o professor da turma e o professor de coadjuvação, no contexto da sala de aula, que favoreça a aprendizagem dos alunos, especialmente em turmas com diferentes ritmos de aprendizagem ou em disciplinas sujeitas a provas finais, onde o trabalho autónomo do aluno (com supervisão do professor) é essencial para consolidar os conteúdos.

• **Coensino:** modalidade de trabalho colaborativo em sala de aula, assente na planificação, lecionação e avaliação articuladas entre dois docentes, que partilham a responsabilidade pelo processo de ensino e aprendizagem, permitindo diversificar estratégias pedagógicas, responder à heterogeneidade dos alunos e promover a participação, a aprendizagem e a inclusão de todos.

• **Aulas de reforço:** constituem uma resposta de apoio às aprendizagens, destinada à consolidação de conhecimentos e competências e ao acompanhamento dos alunos em função das necessidades identificadas.

No 11.º e 12.º anos, são disponibilizadas aulas de reforço nas disciplinas sujeitas a exame final, à exceção de Filosofia e Inglês, visando apoiar a consolidação das aprendizagens, o esclarecimento de dúvidas e a preparação para a avaliação externa.

No 7.º ano, para além dos tempos previstos na matriz curricular, é atribuído um tempo letivo semanal adicional de 45 minutos a Português e um tempo letivo semanal adicional de 45 minutos a Matemática, sob a forma de aulas de reforço, destinadas à consolidação das aprendizagens e à promoção do sucesso educativo.

• **Apoios individualizados ou em pequenos grupos fora da sala de aula:** ocorrem fora do contexto da sala de aula e pretendem acompanhar e apoiar de uma forma individualizada os alunos que requerem um apoio mais direto e específico em determinados conteúdos, prevenindo assim o insucesso escolar nas disciplinas, sobretudo para os alunos de baixo rendimento escolar, baixos recursos económicos e com barreiras linguísticas e culturais acentuadas.

• **Serviço de Psicologia e Orientação (SPO):** inclui o apoio psicopedagógico (nos domínios comportamental, cognitivo, afetivo, socio relacional), orientação escolar e profissional, bem como a promoção de hábitos e métodos de estudo. Promoção do "Projeto de competências

socioemocionais", consubstanciado no projeto "A.M.A.R.+ e do Projeto "Canal Conexão".

- **Gabinete de Apoio e Mediação de Conflitos (GAMC):** acompanhamento dos alunos com comportamentos desajustados.

- **GOES – Gabinete de Orientação para o Ensino Superior:** é uma estrutura que visa apoiar e orientar os alunos nas suas escolhas formativas, em particular no prosseguimento de estudos no ensino secundário e ensino superior.

- **Biblioteca Escolar:** é uma resposta educativa utilizada como suporte à aprendizagem, para adquirir ou consolidar competências académicas (por exemplo, leitura, escrita, capacidade de pesquisa, entre outras).

- **Sala de estudo:** é um espaço ambivalente que, por um lado, tem uma vertente pedagógica, já que se trata de um local onde o aluno pode estudar, tirar dúvidas ou realizar os trabalhos escolares, em grupo ou individualmente, com o acompanhamento de um grupo de docentes e, por outro lado, uma vertente social, onde os alunos aproveitam o seu tempo livre, enriquecendo os seus saberes extracurriculares e as suas relações interpessoais.

- **Embaixadora dos alunos migrantes:** esta resposta educativa visa auxiliar os alunos numa plena e saudável inclusão na escola, detetando barreiras que possam estar a dificultar a sua inclusão, não só linguísticas, mas também ambientais, culturais, entre outras.

- **Apoio Tutorial (tutorias pelos docentes)**

Apoio tutorial preventivo ou temporário: medida universal, preventiva, que visa a aquisição de estratégias comportamentais, cognitivas e afetivas mais adequadas para obter sucesso das aprendizagens (hábitos e métodos de trabalho e de estudo, persistência em tarefas difíceis, regulação do próprio comportamento, da aprendizagem, participação e envolvimento nas aulas).

Apoio tutorial (medida seletiva prevista no Relatório Técnico Pedagógico (RTP) do aluno: visa a intervenção com jovens em situação de risco, e tem como objetivo o acompanhamento escolar do aluno, o desenvolvimento pessoal e a maximização do seu potencial.

Destina-se a alunos com indicadores expressivos de insucesso, com reduzidos índices de envolvimento escolar caracterizados, por exemplo, pela persistência e intensidade de problemas de comportamento, dificuldades de adaptação e de integração, problemas de assiduidade, alunos

1. sinalizados para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) ou acompanhados pelas Equipas Multidisciplinares de Apoio aos Tribunais, e em risco de abandono escolar precoce.

2. **Apoio tutorial específico:** destina-se a alunos com retenções no ano letivo anterior, abrangendo o 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário, podendo igualmente ser alargado a situações de tutoria psicopedagógica para alunos sem histórico de retenções, mas que apresentam dificuldades de aprendizagem, desmotivação ou risco de insucesso. Este apoio visa promover o desenvolvimento da metacognição, autorregulação e competências sociais e emocionais, funcionando como uma intervenção preventiva para evitar insucesso escolar e retenções futuras. Estas tutorias seguem uma lógica de intervenção precoce para prevenir o insucesso escolar e as retenções, devendo ser dinamizadas por docentes ou técnicos, a partir do crédito horário do apoio tutorial específico, mantendo-se a extensão aos alunos com retenção no ano letivo anterior e ao ensino secundário.

3. **• Clubes e Projetos:** pretendem apoiar o acesso ao lazer, à vida social e vida autónoma dos alunos, elevando as suas potencialidades e dando resposta a determinadas necessidades, como comportamentais, emocionais, académicas, entre outras. São espaços complementares de desenvolvimento artístico, técnico e digital, desportivo, científico/ambiental, pessoal, social, cívico e cultural.

4. **• Equipa de Saúde Escolar:**

5. **Plano de Saúde Individual Necessidades Especiais de Saúde (NES):** são as necessidades que resultam dos problemas de saúde física e mental que tenham impacto na funcionalidade, produzam limitações acentuadas em qualquer órgão ou sistema, impliquem irregularidade na frequência escolar e possam comprometer o processo de aprendizagem.

6. **Plano de Saúde Individual (PSI):** é o plano concebido pela Equipa de Saúde Escolar, em articulação com as equipas de medicina geral e familiar e outros serviços de saúde, a família e a escola, no âmbito do Programa Nacional de Saúde Escolar, para cada jovem com necessidades de saúde especiais (NSE). Este plano integra os resultados da avaliação das condições de saúde na funcionalidade e identifica as medidas de saúde a implementar, visando melhorar o processo de aprendizagem. Esta resposta educativa tem como objetivo garantir uma melhor articulação com a equipa de saúde escolar, de modo a responder às necessidades de cada aluno com NSE.

7. **• Atividades subsidiárias à sala de aula:** além de outras aprendizagens, no CAA podem ser desenvolvidas aprendizagens substitutivas que se destinam a alunos com medidas adicionais. São

exemplos destas: “Laboratório dos Números”, “Comunicar em Português”, “Expressões”, “Saúde e bem-estar”, “Psicomotricidade”, entre outras, de acordo com as necessidades de cada aluno e o constante nos seus Relatórios Técnico Pedagógicos e Programas Educativos Individuais.

- **Apoio psicopedagógico:** medida seletiva que visa otimizar o processo de ensino e de aprendizagem, na aquisição de estratégias fundamentais para o sucesso académico e para o desenvolvimento de competências pessoais e sociais. Pretende-se desenvolver uma intervenção que conduza à identificação, discussão e definição de estratégias que permitam aos alunos aumentar a sua eficiência no trabalho académico e ultrapassar as suas dificuldades no estudo, desenvolver a capacidade de organização e concentração nas atividades, fomentar competências de memorização, linguagem, comunicação, raciocínio lógico-abstrato e cálculo, promover uma gestão mais adequada do tempo e do comportamento e um melhor relacionamento no contexto escolar. Para além de intervenções diretas, pode concretizar-se de forma indireta através da capacitação dos professores e outros agentes educativos, sendo dinamizado pelos Serviços de Psicologia e Orientação, por docentes incluindo o de Educação Especial em estreita colaboração com os restantes docentes do aluno.

- **Parcerias com empresas e instituições:** esta resposta educativa visa estabelecer parcerias com empresas e instituições para os alunos com medidas adicionais, para os quais foi elaborado um Plano Individual de Transição (PIT).

- **Plano de recuperação de módulos e Planos de acertos de formação:** estes planos de recuperação são respostas educativas para os alunos do Ensino Secundário - Cursos Profissionais.

- **Serviço de Ação Social:** A Ação Social Escolar (ASE) visa a prevenção da exclusão social, do abandono escolar e a promoção do sucesso escolar e educativo, de modo que todos, independentemente das suas condições sociais, económicas, culturais e familiares, cumpram a escolaridade obrigatória e tenham a possibilidade de concluir com sucesso o ensino secundário. Constituem modalidades de apoio no âmbito da ação social escolar os apoios alimentares e auxílios económicos (escalão A e B).

7.4 Trabalho Colaborativo

O trabalho colaborativo constitui uma dimensão estruturante da organização pedagógica da Escola, favorecendo a articulação curricular, a partilha de práticas e recursos, a reflexão conjunta sobre os processos de ensino e aprendizagem e a definição de respostas adequadas às características e necessidades dos alunos.

Na Escola, o trabalho colaborativo desenvolve-se formalmente às quartas-feiras, no turno da tarde, nos tempos destinados a reuniões e trabalho conjunto das diferentes estruturas pedagógicas, sem prejuízo de outros momentos de articulação presencial ou através das plataformas digitais utilizadas pela Escola.

O trabalho colaborativo privilegia, designadamente:

- a elaboração, articulação e monitorização das planificações das atividades letivas e não letivas;
- a definição e articulação de estratégias pedagógicas, de diferenciação e de inclusão, tendo em conta as características das turmas e as necessidades dos alunos;
- a elaboração e partilha de materiais didático-pedagógicos e recursos de aprendizagem;
- a articulação dos processos de avaliação, incluindo a definição de critérios, a construção de instrumentos de recolha de informação e a análise dos resultados das aprendizagens;
- a análise dos resultados internos e externos e a definição de estratégias de melhoria;
- a identificação de barreiras à aprendizagem e à participação e a definição conjunta das respostas educativas a mobilizar;
- a planificação dos DAC e de outras formas de interdisciplinaridade e articulação curricular;
- a articulação necessária à implementação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, incluindo as adaptações curriculares e, quando aplicável, os Programas Educativos Individuais e os Planos Individuais de Transição;
- a planificação e articulação das situações de coensino, coadjuvação, aulas de reforço e outros apoios às aprendizagens;
- a organização e dinamização da Sala de Estudo, Biblioteca Escolar, planos, projetos, clubes e outras respostas educativas;
- a planificação e operacionalização das atividades integradas no Plano Anual de Atividades.

O trabalho colaborativo deve assumir uma natureza regular, intencional e orientada para a melhoria das práticas e das aprendizagens, privilegiando a análise de evidências, a partilha de responsabilidades e a construção conjunta de soluções pedagógicas.

7.5 *Desenho Universal para a Aprendizagem*

A diferenciação pedagógica e o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) constituem uma prioridade da ação pedagógica da Escola, enquanto abordagens fundamentais para responder à diversidade dos alunos, promover a equidade e criar condições efetivas de participação e aprendizagem para todos.

A diferenciação pedagógica assenta na adequação intencional das estratégias, dos recursos, das tarefas, dos processos de ensino e aprendizagem e das formas de avaliação à diversidade existente na sala de aula, considerando os diferentes ritmos, modos de aprender, interesses, conhecimentos prévios e necessidades dos alunos. Não implica a construção de um percurso distinto para cada aluno, mas a criação de respostas pedagógicas diversificadas e flexíveis, que permitam a todos aceder às aprendizagens e progredir.

Neste quadro, o **Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA)** assume particular relevância enquanto modelo estruturante do planeamento pedagógico, orientando a construção de ambientes de aprendizagem acessíveis, flexíveis e desafiantes. A sua aplicação procura antecipar e reduzir barreiras à aprendizagem e à participação, prevendo, desde o momento da planificação, diferentes formas de envolver os alunos, apresentar a informação e permitir a demonstração das aprendizagens.

O DUA assenta em três princípios fundamentais:

- proporcionar múltiplos meios de envolvimento;
- proporcionar múltiplos meios de representação;
- proporcionar múltiplos meios de ação e expressão.

A aplicação destes princípios deve ser progressivamente incorporada na planificação, desenvolvimento e avaliação das aprendizagens, promovendo ambientes educativos em que os alunos disponham de diferentes possibilidades de acesso aos conteúdos, participação nas atividades e demonstração dos conhecimentos e competências adquiridos.

No ano letivo de 2026/2027, a Escola assume como prioridade o reforço da implementação do DUA nas práticas pedagógicas, privilegiando a planificação antecipada da diversidade, a diversificação de estratégias e recursos, a utilização de diferentes formas de participação e expressão e a reflexão colaborativa dos docentes sobre a eficácia das respostas implementadas.

As orientações relativas à operacionalização destas práticas encontram-se desenvolvidas no *Manual de Apoio à Prática – Para uma Educação Inclusiva*, constituindo uma referência para o planeamento e a intervenção pedagógica dos docentes.

Metodologias Ativas na Aprendizagem e Estratégias de Ensino a privilegiar

As metodologias ativas de aprendizagem constituem uma orientação pedagógica a privilegiar na Escola, promovendo uma participação efetiva dos alunos na construção das suas aprendizagens e atribuindo-lhes um papel progressivamente mais autónomo, responsável e reflexivo no processo educativo.

Estas metodologias implicam a criação de situações de aprendizagem que desafiem os alunos a questionar, investigar, analisar, relacionar, resolver problemas, tomar decisões, criar, comunicar e refletir sobre o seu próprio processo de aprendizagem, favorecendo o desenvolvimento de competências cognitivas de ordem superior e da metacognição.

Neste âmbito, assume particular relevância a aprendizagem cooperativa, entendida como uma forma estruturada de trabalho em pequenos grupos, assente na interdependência positiva, na responsabilidade individual e coletiva, na interação entre pares e na participação ativa de todos os alunos. A sua utilização permite desenvolver, simultaneamente, aprendizagens curriculares e competências de comunicação, colaboração, autonomia, responsabilidade e relacionamento interpessoal.

A seleção das metodologias e estratégias deve atender às aprendizagens a desenvolver, às características dos alunos e da turma, aos objetivos pedagógicos e ao contexto em que ocorre a aprendizagem, não devendo a utilização de metodologias ativas constituir um fim em si mesma, mas antes uma opção pedagógica intencional ao serviço da qualidade das aprendizagens.

A implementação destas metodologias deve articular-se com os princípios da diferenciação pedagógica e do Desenho Universal para a Aprendizagem, proporcionando diferentes formas de participação, envolvimento, acesso à informação e demonstração das aprendizagens e contribuindo para a criação de ambientes educativos mais inclusivos, flexíveis e promotores do sucesso de todos os alunos.

1. Em coerência com as prioridades definidas no **Projeto Educativo**, a Escola valoriza igualmente o ensino experimental das ciências, reforçando a realização de atividades laboratoriais, experimentais e de campo enquanto estratégias privilegiadas para a construção e aplicação do conhecimento científico. Estas práticas devem proporcionar aos alunos oportunidades de observar, questionar, formular hipóteses, experimentar, recolher e analisar dados, interpretar resultados e fundamentar conclusões, promovendo o desenvolvimento do pensamento científico, crítico e investigativo.

2. Neste âmbito, constitui objetivo da Escola assegurar que todas as turmas do 3.º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário realizem, pelo menos, uma atividade experimental por período nas disciplinas de Física e Química, Ciências Naturais e Biologia e Geologia, em concretização da meta estabelecida no Projeto Educativo.

3. Os recursos educativos digitais constituem um suporte relevante ao desenvolvimento destas metodologias, devendo ser utilizados de forma intencional e pedagogicamente fundamentada, sempre que contribuam para enriquecer os processos de ensino e aprendizagem, favorecer a participação dos alunos, diversificar os recursos e promover o desenvolvimento das competências digitais.

4. No ano letivo de 2026/2027, a Escola reforça a integração pedagógica das tecnologias digitais através da disponibilização de novos quadros interativos em sala de aula, procurando potenciar a diversificação das estratégias de ensino, a interatividade, a participação dos alunos e a utilização de recursos digitais em diferentes contextos de aprendizagem. A implementação destes equipamentos será acompanhada por formação destinada aos docentes, orientada para a sua utilização pedagógica e para a respetiva integração em metodologias ativas, práticas de diferenciação pedagógica e processos de ensino, aprendizagem e avaliação.

5. A utilização das tecnologias digitais deverá, assim, estar subordinada a uma intencionalidade pedagógica clara, privilegiando-se a sua integração sempre que acrescentem valor às aprendizagens, facilitem a interação e a colaboração, promovam a autonomia dos alunos ou permitam diversificar as formas de representação, participação e expressão.

6. O quadro seguinte apresenta um conjunto de metodologias e estratégias de aprendizagem ativa que podem ser mobilizadas pelos docentes, em função dos objetivos de aprendizagem, das características dos alunos e das turmas e dos contextos educativos em que são desenvolvidas.

ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM ATIVA

Discussão na Turma	Os alunos discutem um tópico, assunto ou matéria com base na leitura ou análise de um problema. O professor pode preparar uma lista de perguntas para facilitar a discussão.
Questionamento	O professor forma grupos cooperativos heterogêneos de 2, 3 ou 4 elementos e dá-lhes uma questão que têm de resolver num determinado período de tempo. Circula pela sala e vai fazendo outras questões para manter os grupos focados na tarefa. No fim do tempo estipulado, promove uma discussão em grupo onde os alunos partilham as conclusões com toda a turma.
Feedback	O <i>feedback</i> é uma troca de informações escritas ou verbais acerca da aprendizagem, que envolve uma relação colaborativa entre professores e alunos com o objetivo de melhorar quer o ensino quer a aprendizagem. Essa informação pode ser disponibilizada pelo professor aos alunos – <i>feedback</i> professor-aluno-, pelos alunos ao professor – <i>feedback</i> aluno-professor – e entre os alunos – <i>feedback</i> aluno – aluno (<i>feedback</i> entre pares). Para que o <i>feedback</i> cumpra o seu objetivo, todos os tipos de <i>feedback</i> referidos devem ocorrer durante o processo de aprendizagem, a fim de que as informações dadas possam ser imediatamente usadas quer pelo professor na melhoria do ensino, quer pelos alunos na melhoria da sua aprendizagem.
Aprendizagem baseada em Estudo de Casos	Usa histórias da vida real que descrevam o que aconteceu numa comunidade, família, escola, indústria ou indivíduo para induzir os alunos a integrar os seus conhecimentos adquiridos nas aulas com o seu conhecimento de situações, ações e consequências do mundo real.
Role-Playing	Os alunos são convidados a fazer uma representação. Ao fazê-lo os alunos têm uma ideia melhor dos conceitos e teorias que estão a ser discutidos.
Jogos/ Simulações/ Sessões	O professor faz perguntas e os alunos trabalham-nas em grupos. Em seguida, os alunos são convidados a mostrar as suas soluções para todo o grupo e discutir as diferenças entre as soluções propostas.
Aprendizagem Cooperativa: Jigsaw (Quebra-Cabeça)	Neste método de aprendizagem cooperativa, um tópico geral é dividido em partes mais pequenas e inter-relacionadas. A cada membro de cada grupo é atribuída uma parte para se tornar um especialista no assunto. Depois de cada elemento se tornar especialista na sua parte; eles ensinam os outros membros do grupo sobre essa parte do quebra-cabeça. Finalmente, quando cada elemento termina de ensinar o quebra-cabeças é reagrupado e todos na equipa sabem o que é importante sobre cada peça.
Aprendizagem baseada em	Os alunos usam um processo investigativo para descobrir conceitos científicos. Depois o professor identifica uma ideia

Inquérito	principal ou conceito para ser dominado. Lança uma pergunta em que pede aos alunos que façam observações, formem hipóteses e especulem sobre conclusões. Em seguida os alunos são recrutados para vincular a atividade à ideia/conceito principal.
Mapas de Conceitos	Os mapas de conceitos são um sistema de representação do tipo gráfico e visual, que incluem conceitos-chave de um tema ou matéria que exemplificam. Há relações que se estabelecem entre conceitos através de palavras de ligação que podem ser verbos, preposições ou frases muito curtas para formar proposições.
Trabalho de Projeto	Apresenta-se um desafio/tema /problema aos alunos, que levará a uma recolha/tratamento de informação, seguindo-se um conjunto de atividades que serão apresentadas/discutidas no grupo turma. A fase final consistirá na avaliação de todo o processo e produto final.
Argumentação em colaboração	Na argumentação em colaboração, os elementos de um grupo de trabalho envolvem-se numa pesquisa crítica (Balin & Battersby, 2016), que exige a procura de informações confiáveis, num processo dialético de avaliação de posições e argumentos. Este processo de pesquisa das melhores razões, das crenças bem fundamentadas, desencadeia processos de revisão de perspetivas e reformulação de argumentos.
Pesquisa Guiada	Constrói-se uma pesquisa a partir de uma questão ou problema, em qualquer área do currículo, que solicite uma extensa investigação por parte dos alunos. Esta investigação é guiada pelo professor ou bibliotecário de modo a conduzir e “mergulhar” os alunos numa compreensão profunda. O modelo estrutura-se em sete etapas: iniciação (identificar o tema); seleção (elaborar questões sobre o que querem saber); exploração (reformulação da questão inicial, surgimento de outras questões); formulação (os alunos começam a desenvolver os procedimentos para focar e delimitar o assunto); recolha (reúnem as informações pertinentes que definem, ampliam e suportam a sua perspetiva sobre o assunto); apresentação (partilham o que aprenderam, são-lhes facultadas instruções de orientação para a realização de uma comunicação, objetiva e assertiva); e avaliação (os alunos refletem sobre o que aprenderam, sobre o processo e o produto, o que correu bem e o que pode ser melhorado).
Aprendizagem Cooperativa: Controvérsia Criativa	O professor utiliza no ensino o conflito cognitivo para promover um rendimento escolar mais elevado e aumentar a qualidade da resolução de problemas, tomadas de decisão, competências e disposições de pensamento crítico, raciocínio, relações interpessoais e bem-estar psicológico. Para se envolverem numa controvérsia Criativa, os alunos têm de pesquisar e

	preparar o ponto de vista, apresentar e defender a sua posição, refutar as posições contrárias e ataques ao seu ponto de vista, inverter as perspetivas e elaborar uma síntese com que todos possam concordar.
Aprendizagem Cooperativa: Investigando em Grupo	É adequado para projetos de estudo que se ocupem da aquisição, análise e síntese da informação para resolver um problema com várias facetas. Em geral, o professor apresenta um tema geral e depois os alunos em grupos cooperativos (grupos heterogéneos) subdividem-no em subtemas, que surgem dos seus próprios conhecimentos e interesses, assim como da troca de ideias com os colegas.
Aprendizagem Experimental	Planear visitas a sites que permitam que os alunos vejam e experimentem aplicações da teoria/conceitos discutidos na aula.

Avaliação “de” e “para” as aprendizagens

A avaliação das aprendizagens constitui uma dimensão integrante do processo de ensino e aprendizagem, assumindo uma função **reguladora, formativa e certificativa** e contribuindo para a melhoria das aprendizagens e para o sucesso educativo dos alunos.

O processo de avaliação rege-se pelos princípios estabelecidos nos Decretos-Leis n.os 54/2018 e 55/2018, ambos de 6 de julho, e pelas normas específicas aplicáveis às diferentes ofertas educativas e formativas, designadamente as Portarias n.os 223-A/2018, de 3 de agosto, 226-A/2018, de 7 de agosto, e 235-A/2018, de 23 de agosto, nas respetivas redações atuais.

A Escola valoriza uma conceção de avaliação que articula a **avaliação das aprendizagens**, enquanto processo de recolha de informação sobre o que os alunos aprenderam, com a **avaliação para as aprendizagens**, de natureza predominantemente formativa e orientada para a regulação e melhoria dos processos de ensino e aprendizagem.

Neste âmbito, a avaliação deve assumir um carácter contínuo, sistemático e diversificado, recorrendo a diferentes processos e instrumentos de recolha de informação, adequados às aprendizagens a avaliar, às características dos alunos e aos contextos em que estas se desenvolvem. O feedback constitui um elemento fundamental deste processo, permitindo aos alunos compreender o seu desempenho, identificar progressos e dificuldades e orientar a melhoria das suas aprendizagens.

Os critérios de avaliação são propostos pelos Departamentos Curriculares e Equipas Pedagógicas, de acordo com as respetivas competências, e aprovados pelo Conselho Pedagógico, assegurando-se a coerência e a transparência dos processos de avaliação.

Os princípios, critérios e orientações comuns relativos à avaliação das aprendizagens constam do **Referencial de Avaliação e Critérios de avaliação das aprendizagens**, divulgado aos alunos e aos pais e encarregados de educação e disponibilizado na página *web* da Escola.

Plano de Turma

O Plano de Trabalho da Turma, designado na Escola por Plano de Turma (PT), constitui um instrumento de planeamento e gestão curricular ao nível da turma, através do qual o Conselho de Turma procede à contextualização e adequação das opções pedagógicas e curriculares às características, necessidades e potencialidades dos alunos.

A sua elaboração é da responsabilidade do Conselho de Turma, em articulação com as estruturas e serviços da Escola que intervenham no acompanhamento dos alunos, e pressupõe uma reflexão conjunta sobre a realidade da turma, as aprendizagens a desenvolver, as dificuldades e potencialidades identificadas e as respostas pedagógicas a mobilizar.

O Plano de Turma assume uma natureza dinâmica e evolutiva, devendo ser atualizado ao longo do ano letivo em função da monitorização das aprendizagens, da eficácia das estratégias implementadas e das necessidades que forem sendo identificadas. Constitui, deste modo, um instrumento de articulação do trabalho do Conselho de Turma, favorecendo a coerência da ação educativa, a interdisciplinaridade, a inclusão e a melhoria das aprendizagens.

No Plano de Turma são contemplados, designadamente, os seguintes elementos:

1. **Relação dos alunos da turma**, com fotografias, assegurando o cumprimento das normas aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais;
2. **Relação dos alunos e respetivas disciplinas**;
3. **Caracterização da turma**, considerando os elementos relevantes para o planeamento da ação educativa;
4. **Plano de ação da turma**, incluindo o diagnóstico inicial, as fragilidades e problemas identificados, as áreas de competências do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória a privilegiar e as estratégias de intervenção definidas pelo Conselho de Turma;
5. **Medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão** mobilizadas para os alunos da turma;
6. **PRESSE**, quando aplicável;
7. **Domínios de Autonomia Curricular (DAC)** desenvolvidos pela turma;
8. **Plano de Turma de Educação para a Cidadania**, no âmbito da operacionalização da Cidadania e Desenvolvimento;
9. **Atividades do Plano Anual de Atividades** que envolvam a turma;
10. **Avaliação do Plano de Turma**, considerando o grau de concretização das estratégias e ações

definidas;

11. Monitorização do impacto do Plano de Turma na evolução das aprendizagens, apoiada, designadamente, na análise dos resultados e no relatório estatístico elaborado no final de cada período.

A monitorização do Plano de Turma deve constituir um momento de **reflexão pedagógica do Conselho de Turma**, permitindo reajustar estratégias, redefinir prioridades e adequar as respostas educativas sempre que a evolução das aprendizagens dos alunos o justifique.

Divulgação e avaliação do Projeto Curricular de Escola

O Projeto Curricular de Escola é objeto de monitorização ao longo do ano letivo, com vista a acompanhar a concretização das opções curriculares e pedagógicas nele definidas, identificar constrangimentos e necessidades de ajustamento e apreciar o seu contributo para a melhoria das aprendizagens, a inclusão e o sucesso educativo dos alunos.

A avaliação global do PCE realiza-se no final de cada ano letivo, sob orientação do Conselho Pedagógico, tendo em consideração os contributos das estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica, das equipas pedagógicas e de outras estruturas e serviços envolvidos na sua operacionalização, bem como os dados e evidências disponibilizados no âmbito dos processos de autoavaliação da Escola.

A avaliação deverá incidir, designadamente, sobre o grau de concretização das opções e prioridades definidas, a adequação das estratégias pedagógicas e curriculares, a eficácia das respostas implementadas e o seu impacto nas aprendizagens, na participação, na inclusão e no sucesso dos alunos.

Os resultados da monitorização e da avaliação constituem suporte à reflexão e à tomada de decisão pedagógica, podendo determinar a revisão ou reformulação do Projeto Curricular de Escola, sempre que se revele necessário, numa lógica de melhoria contínua e de articulação com as prioridades estabelecidas no Projeto Educativo.

A divulgação do Projeto Curricular de Escola é assegurada através da página web da Escola e do espaço Classroom da Direção, garantindo o seu conhecimento e acesso pela comunidade educativa.

Bibliografia e Referências legais

Black, P., & Wiliam, D. (1998). Assessment and classroom learning. *Assessment in Education: Principles, Policy & Practice*, 5(1), 7–74.

BALKCOM, S. (1992). Cooperative Learning. Washington, DC: Office of Educational Research and Improvement, U.S. Department of Education.

Cosme, A. (2018). *Diversificar a avaliação dos alunos*. EDUFUTURO.

Fernandes, D. (2004). *Avaliação das aprendizagens: Uma agenda, muitos desafios*. Texto Editores.

Fernandes, D. (2020). *Diversificação dos processos de recolha de informação: Fundamentos*. Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Fonseca, J., Carvalho, C., Conboy, J., Salema, H., & Valente, M. O. (2015). Feedback na prática letiva: Uma oficina de formação de professores. *Revista Portuguesa de Educação*, 28(1), 73–94.

Jungles, D. E. (s.d.). Pedagogia diferenciada. *A Página da Educação*.

Lopes, J. P., & Silva, H. S. (2009). *A aprendizagem cooperativa na sala de aula: Um guia prático para o professor*. Lidel.

Lopes, J. P., & Silva, H. S. (2019). Planificar o ensino para promover o pensamento crítico. In *Educar para o pensamento crítico na sala de aula* (pp. 23–63). Lidel.

LOPES, J., & Silva, H. (2009). A aprendizagem cooperativa na promoção de competências sociais: contributos do Projeto Curricular Integrado. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Lopes, J. P., & Silva, H. S. (2019). Roteiro - Princípios orientadores para uma avaliação pedagógica em ensino a distância (E@D).

- Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO). Direção-Geral da Educação. Disponível em: <https://www.dge.mec.pt>
- Aprendizagens Essenciais. Direção-Geral da Educação. Disponível em: <https://www.dge.mec.pt>

- Aprendizagens Essenciais – Cursos Profissionais. ANQEP. Disponível em: <https://www.anqep.gov.pt/np4/476.html>
- Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ). Direção-Geral do Emprego e das Qualificações. Disponível em: <https://catalogo.anqep.gov.pt/qualificacoesPesquisa>
- [Decreto-Lei n.º 54/2018](#), de 6 de julho, na sua redação atual (Estabelece o regime jurídico da educação inclusiva).
- [Decreto-Lei n.º 55/2018](#), de 6 de Julho, na sua redação atual (Estabelece os currículos do básico e do secundário).
- [Portaria n.º 223-A/2018](#), de 3 de agosto, na sua redação atual. (Procede à regulamentação das ofertas educativas do ensino básico).
- [Portaria n.º 226-A/2018](#), de 7 de agosto, na sua redação atual. (Procede à regulamentação dos cursos científico-humanísticos).
- [Decreto-Lei n.º 235/2018](#), de 23 de agosto, na sua redação atual. (Procede à regulamentação dos cursos profissionais).

Para além dos diplomas legais e demais documentos de referência em cima mencionados, deverá ser igualmente considerada a legislação em vigor que, pela sua natureza e pertinência, seja aplicável às matérias abrangidas pelo presente Projeto Curricular de Escola.